

Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado

FABIO ANTONIO DE CAMPOS*

Resumo:

O objetivo desse artigo é expor o conceito de desenvolvimento para Celso Furtado. Para tanto, nos interessa apresentar o desenvolvimento nacional como um fim em sua abordagem sobre a formação social brasileira. Para atingir tal estágio, os meios para o autor seriam assegurados por um típico desenvolvimento capitalista. Dentro dessa problemática, mostraremos também o alcance e os limites dessa concepção para o caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Celso Furtado; desenvolvimento; dependência e subdesenvolvimento.

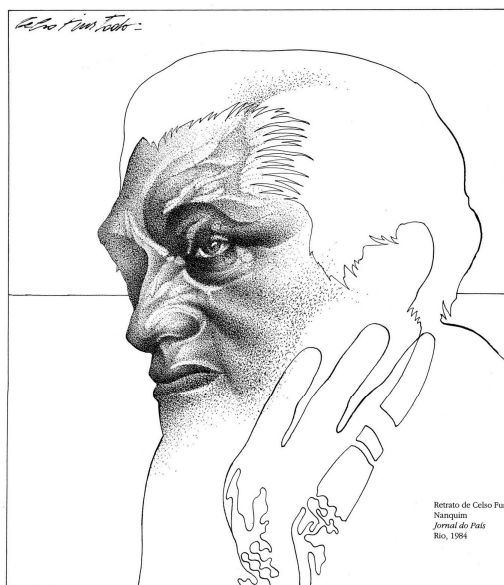
Abstract:

The objective of this article is to expose the concept of development for Celso Furtado. To do so, we will present the national development as an end in his approach about the Brazilian social formation. To reach this stage, the means to author be secured by a typical capitalist development. In this issue, we also show the scope and limits of this concept to understand the dependent and underdeveloped character of Brazilian capitalism.

Key words: Celso Furtado; development; dependency and underdevelopment.



* **FABIO ANTONIO DE CAMPOS** é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Agradeço os excelentes comentários de Fernando Henrique Lemos Rodrigues (UFRRJ), eximindo-o de qualquer responsabilidade sobre nossas conclusões.



Um pensador pode ser considerado clássico quando sua abordagem lança questões sobre problemáticas universais que se manifestam em diferentes momentos históricos. Concebido como a reprodução material, social e cultural, em níveis civilizacionais cada vez mais elevados, o conceito de desenvolvimento da sociedade é o que singulariza a contribuição de Celso Furtado. Para tanto, acreditava ele ser possível utilizar do dinamismo capitalista, principalmente no que diz respeito ao impulso da acumulação e do crescente progresso técnico, para elevar a produtividade social. Tal acontecimento não seria reflexo da espontaneidade da livre iniciativa privada, mas sim do resultado racional de políticas que intervissem para ultimar o desenvolvimento.

Desenvolvimento é entendido assim por Furtado como um processo de difusão da criatividade humana canalizada por uma sociedade que consegue se organizar por princípios civilizacionais. Nesse sentido, o homem pode utilizar de sua máxima potencialidade para transformar o mundo ao interagir com seu meio, superando as dificuldades

estruturais que porventura anulem a sua individualidade. A transformação das estruturas depende da ação humana, que pode ser aproveitada em sua maior eficácia pela busca do melhor propósito para a vida.

O humanismo proposto por nosso autor faz com que ele recorra à teoria social em suas diversas vertentes para expor, em sua vasta obra, os meios e os fins do desenvolvimento. A influência weberiana faz com que Furtado defina o conceito de desenvolvimento a partir de fins que dizem respeito a valores modernos inscritos numa “racionalidade substantiva”, podendo esta ser garantida por determinados meios materiais, científicos e culturais, prenes de uma “racionalidade instrumental”. A problemática do desenvolvimento então seria subordinar a acumulação capitalista e a incorporação do progresso técnico aos desígnios civilizacionais da maior parte da sociedade. Excluída a voluntariedade de agentes econômicos privados que se apropriam da renda para valorizar as forças produtivas, o desenvolvimento tem seu caráter crucial nas decisões coletivas corporificadas no poder estatal que pode interferir politicamente no processo.

Dotado de controle político suficiente para uma coletividade socializar os frutos do progresso técnico, e com isso garantir a sua emancipação social, chegamos dessa forma ao conceito de desenvolvimento nacional de Furtado. O desenvolvimento capitalista, por sua vez, pode ser um meio para alcançar tal objetivo diante de determinadas contingências históricas, mas que não assegura *a priori* o desenvolvimento nacional. Já o desenvolvimentismo constitui a ideologia que emula do desenvolvimento capitalista em seus

diversos estilos, criados, a cada governo, período ou quadra histórica. Em suas múltiplas dimensões, tal processo pode ou não encaminhar um desenvolvimento nacional como o destino de um país, visto que depende da correlação de forças de diferentes blocos sociais que se organizam entre economia e sociedade.

Ao transpor esse pressuposto do desenvolvimento nacional para as particularidades do espaço periférico capitalista, Furtado historiciza suas categorias teóricas ao fixar a questão da formação social brasileira como a difícil transição da colônia. Aqui, o desafio político para perseguir o desenvolvimento nacional exige uma incessante luta pela ruptura do passado colonial, de matriz escravista, que insiste a manter o atraso civilizacional. Desse modo, o subdesenvolvimento não é uma etapa para atingir o desenvolvimento nacional, mas o próprio resultado histórico do desenvolvimento capitalista que países de origem colonial como o Brasil apresentam. Em síntese, o impulso modernizante que regiões periféricas como a brasileira assimilaram das economias centrais, longe de servirem como meio para avançar na emancipação social, perpetuaram suas debilidades estruturais. A inserção periférica de economias como a brasileira no sistema capitalista definiu sua especificidade dependente e subdesenvolvida.

O capitalismo brasileiro é dependente, segundo o autor, porque sua elite impõe, a qualquer custo, os modos de vida dos países centrais. Um mimetismo cultural que reproduz modernos padrões de consumo à custa da perpetuação de formas arcaicas de exploração do trabalho. Se num primeiro momento isso foi alcançado por meio das

importações, depois, a própria industrialização seria implantada sem se desvencilhar de tal sentido. O que viabiliza a realização do consumo conspícuo dessas elites é a apropriação da maioria do excedente, aliás, se utilizando do controle político para subjugar as necessidades de toda sociedade nacional ao seu cosmopolitismo. O resultado de tal perversão se traduz por uma grave heterogeneidade social, que repõe secularmente o subdesenvolvimento brasileiro.

Como Furtado conceberia então a superação dessas heranças históricas que bloqueiam o desenvolvimento nacional?

A resposta para o autor só poderia estar na própria compreensão de nossa história. Conduzidos pelo poder estatal, o início da industrialização nos anos 1930 e a implantação das forças produtivas nos anos 1950, que robusteceram o mercado interno, se apresentariam como os meios capitalistas para superar o subdesenvolvimento. Balizado por diferentes desenvolvimentismos tais como os de Vargas e Kubitschek, o desenvolvimento capitalista brasileiro estaria criando na visão de Furtado as condições para atingir o fim do desenvolvimento nacional, mesmo que esse carecesse ainda de maior conscientização política como afirmou em *A Pré-Revolução brasileira* de 1962.

O Golpe de 1964, por seu turno, deslocou o eixo analítico do autor, inclusive por razões pessoais, visto que Furtado foi vítima direta do assalto à democracia por participar intensamente do Governo Goulart. Fica claro já nas obras do final da década de 1960, e em especial, partir dos anos 1970, em livros como *O Mito do desenvolvimento econômico* (1974), que mesmo

ampliando os meios que viabilizavam o avanço no desenvolvimento capitalista brasileiro – emoldurado ideologicamente pelo desenvolvimentismo da ditadura –, os fins já tinham sido abandonados.

Em razão de seu exílio, a vivência intelectual no exterior forçou Furtado a trazer uma abordagem nova, que redimensionou a tragédia desenvolvimentista diante das mudanças da economia internacional. A integração de diferentes mercados nacionais num primeiro momento pela internacionalização produtiva de empresas transnacionais, e, posteriormente, pela expansão de um sistema financeiro internacional associado às estas, criaram uma integração comercial, financeira e tecnológica que colocaram em xeque tanto os sistemas econômicos nacionais constituídos, quanto aqueles em construção. Abriu-se, então, uma crise do desenvolvimento nacional em escala planetária, cujo surgimento de uma nova fase de acumulação capitalista, no entender do autor, se definia pela transnacionalização do capital.

O período de desenvolvimento capitalista da ditadura se combinava a esse processo global, uma vez que garantia maior liberdade para mobilidade do capital transacional na economia brasileira, especificamente na junção de interesses das filiais estrangeiras com o sistema financeiro internacional, bem como na cristalização de uma sociedade de consumo elitista à custa do aumento da desigualdade social. Enquanto a industrialização constituía o dínamo que alavancava as aspirações de uma elite – submetida sistematicamente à transnacionalização para defender a rentabilidade de seus negócios e de seus padrões de vida – o desenvolvimento

capitalista brasileiro avançava. Porém, quando a crise econômica internacional reforçou as próprias restrições internas do desenvolvimento capitalista brasileiro, a ideologia desenvolvimentista perdeu sua base de sustentação.

Para Furtado a crise da dívida externa que acometeria a América Latina no limiar dos anos 1980, em especial o Brasil, não se constituiu como uma simples crise do financiamento da industrialização, mas a atrofia tanto dos meios quanto dos fins para alcançar o desenvolvimento nacional, cujos limites do desenvolvimento capitalista brasileiro descortinavam seu contínuo caráter dependente e subdesenvolvido. Mais do que um bloqueio passageiro, que poderia ser suplantado a qualquer momento pelo mero crescimento econômico, instaurou-se nesse contexto uma relação inconciliável entre dependência e desenvolvimento como Furtado expôs em *A Nova dependência* de 1982. As implicações desse marco histórico se apresentariam como um problema civilizacional, que na sua essência se mostravam como uma “construção interrompida” da formação social brasileira (*Brasil: a construção interrompida*, 1992). A gravidade dessa afirmação não restringiu, contudo, a necessidade que o autor teve em repensar novas condições de regulação dos sistemas econômicos, mesmo agora transnacionalizados. Com isso, ele insinuava formas de coordenação estatal entre regiões periféricas, plurinacionais, que permitissem um mínimo de planejamento para se defenderem dos efeitos nocivos da integração econômica das grandes corporações.

Será nessa senda analítica que, embora a obra de Furtado nos ofereça importantes subsídios para entender os limites do desenvolvimento capitalista

brasileiro ante a continuidade das contradições internas encarnadas por transformações mundiais do capitalismo, também surgem os limites de sua interpretação. Um dos principais, em nosso modo de ver, é que a constituição do desenvolvimento capitalista brasileiro pressupunha não apenas a criação de uma racionalidade instrumental que à medida que avançasse poderia ser controlada por uma determinada racionalidade substantiva. A forma com que a racionalidade instrumental assumiu na história econômica brasileira se substanciou no papel do capital internacional na fase de implantação da indústria brasileira, quando mesmo criando os meios do desenvolvimento, os fins se subordinaram a sua necessidade de valorização externa. A dominação nasceu da própria articulação interna entre as classes dominantes e o capital internacional, de modo a ensejar uma parceria sólida que garantisse não apenas o padrão de vida similar ao centro, mas a realização de lucrativos negócios, em que o Estado brasileiro seria importante instrumento.

Ademais, o desenvolvimento capitalista brasileiro se comportou sempre dependente das decisões do centro do sistema e estratégico ao imperialismo no contexto da Guerra Fria, sendo essa uma formulação estranha a Furtado. Ao

ser coerente com sua trajetória intelectual e política ele se manteve preso às armadilhas do reformismo, e com isso equivocou-se ao projetar um certo capitalismo de inspiração social-democrata europeia em espaços periféricos e de origem colonial como o brasileiro. No entanto, mesmo que entre a racionalidade instrumental e substantiva de Furtado não pudessem antever a racionalidade imperialista para compreender os dilemas de nossa formação em sua totalidade, sua contribuição toca em questões-chave do desenvolvimento, trazendo elementos universais em sua obra que merecem tanto nossa investigação, quanto a superação, se quisermos de fato lutar por um mundo melhor.

Referências

FURTADO, C. M. *A Pré-Revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *A Nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Recebido em 2014-04-29
Publicado em 2014-11-